

Governo e empresários definem metas em comum

São Paulo — Governo e empresários darão novo impulso à consolidação da política econômica, depois de acertado o acordo de princípios com os bancos credores privados em relação à dívida externa de 44 bilhões de dólares, no segundo semestre, a partir do cumprimento de uma agenda de compromissos. Essa foi a promessa deixada pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, durante sua passagem por São Paulo. O principal ponto da agenda do segundo semestre deverá ser a votação pelo Congresso no projeto de reforma fiscal, conjunto de reformas estruturais da economia que vão vigorar a partir de 1993, mas que poderá implicar uma mudança de expectativas imediata entre os agentes econômicos, permitindo uma redução gradativa da inflação e, na sequência, das taxas de

juros.

Segundo Marcílio Marques Moreira, o Governo vai apressar o projeto de privatização em andamento. “Até setembro, poderemos chegar a uma arrecadação de 1,7 bilhão de dólares com a venda de empresas estatais”, afirmou Marques Moreira. Mas a agenda tem mais itens positivos: “Teremos vários bons fatores no segundo semestre, como o início dos efeitos da reforma fiscal de dezembro do ano passado, que prevê o pagamento do Imposto de Renda pelas empresas em bases correntes, e, principalmente, a conclusão da devolução dos cruzados novos em agosto, aliviando a pressão monetária”. Se esses fatos dão mais tranquilidade de caixa para a administração federal, o fator decisivo para avançar o programa de estabilização econômica será a votação da reforma fiscal pelo Congresso.